

“A decisão do governo nos anima a esperar o crescimento dos negócios no Brasil”, diz Sandro Nunes Henrique, presidente da Associação Brasileira de Software Livre. Atualmente, as 400 empresas que vendem produtos ligados ao software livre faturam R\$ 40 milhões por ano no Brasil.

#### **CÓDIGO ABERTO JÁ É ADOTADO POR VÁRIOS GOVERNOS NO MUNDO.**

Para barrar o crescimento dos adeptos da tecnologia aberta nos poderes públicos, a Microsoft decidiu abrir no início do ano seus códigos para que representantes de governos de todo o mundo possam estudá-los. Ao mesmo tempo, avalia no Brasil se vai pedir a revisão da decisão do TCU. O processo no tribunal foi aberto porque a Secretaria de Direito Econômico (SDE) já havia apontado ações anti-concorrenciais da Microsoft no mercado de Brasília, depois que a empresa IOS acusou a TBA de concorrência desleal, em 1998.

A implantação do novo sistema na administração federal está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, ligado à Casa Civil. “O software livre significa aumento da concorrência, desenvolvimento de tecnologia no país e economia para o governo. Não há mais espaço para reserva de mercado”, diz Sérgio Amadeu, responsável pelo programa.

Revista Época, 20/10/03

## **Escola pública terá verba para banda larga**

**Luis Renato Strauss**

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou um parecer que permite a abertura de um novo tipo de licitação para criar uma rede de banda larga nas escolas de ensino público. O projeto é ligado ao Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que já tem disponíveis R\$ 2,7 bilhões.

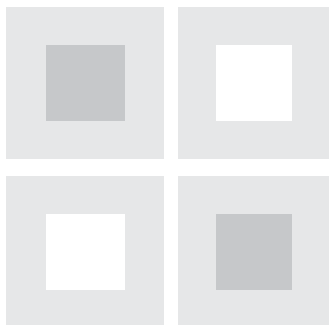
A principal tarefa do fundo, que faz parte dos Ministério das Comunicações, é combater o analfabetismo e a exclusão digital. Em 2001, uma liminar travou a licitação do projeto ligado ao Fust, pois a concorrência ficou restrita às atuais concessionárias. Parado, o fundo, que recebe 1% da receita bruta das empresas de telecomunicações, acumulará até o fim do ano um saldo de R\$ 3 bilhões.

Segundo o ministro Miro Teixeira (Comunicações), as regras do novo modelo de concessão serão encaminhadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em novembro. “Se o presidente aceitar a proposta, em janeiro ou em fevereiro, iniciaremos o processo de licitação.” A audiência pública para o assunto está marcada para o dia 5 de novembro.

O texto, aprovado em assembléia dos ministros do TCU, é o resultado de um questionamento sobre a liberalização dos recursos do fundo encaminhado ao tribunal pelo Ministério das Comunicações no início do ano.

A meta da última gestão era a instalação de 290 mil computadores em 13 mil escolas públicas do ensino médio até 2002 —o objetivo final era ter 25 alunos para cada micro. Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais do MEC), em 2002, somente 38% das 15 mil escolas do ensino médio público possuíam acesso à internet, enquanto na rede privada eram 78% dos 7.000 colégios. No ensino fundamental (de 1ª a 8ª série), a porcentagem cai para 8% dos colégios públicos (154 mil) e para 47% dos particulares (19 mil).

O novo modelo passará a ser legislado pela Lei Geral de Telecomunicações, e não mais pela lei de licitações. Ou seja, o ministério passará a conceder a exploração de uma nova área, a de universalização digital, que será paga pelo Fust, em vez de fazer uma compra, como a de computadores.



Em uma concorrência regida pela lei de licitações, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), responsável pelos procedimentos, somente poderia contratar serviços de telecomunicações. Assim, participariam da concorrência apenas as atuais concessionárias, sendo excluídas empresas como as prestadoras de tecnologia e as fornecedoras de equipamentos.

“Um processo de licitação não pode restringir a participação de empresas aptas a oferecer um determinado serviço”, afirma Lucas Furtado, procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU e relator do parecer que contestou a licitação do Fust. Esse foi o argumento que emperrou o processo em 2001. No ano passado, o governo suspendeu a licitação.

Na instalação de telefones públicos, por exemplo, a Anatel não pode adquirir os telefones, mas pode conceder a exploração.

Governo Eletrônico conecta órgãos públicos da Folha de S.Paulo

O Ministério das Comunicações está implementando desde o início do ano a primeira fase do projeto Gesac (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão).

O plano tem o objetivo de conectar à internet de banda larga escolas e órgãos governamentais que já possuam computadores, mas que ainda não tenham esse serviço. Algumas localidades estão em regiões de difícil acesso, como a Amazônia, o que requer a utilização de tecnologias como a de conexão via satélite.

Até o momento, foram instalados cerca de 2.000 pontos de acesso à internet em todo o país. Em cada ponto de conexão, estão ligados, em média, oito computadores. A primeira fase, que custará aos cofres públicos R\$ 78 milhões, deverá colocar 3.200 equipamentos que permitirão o ingresso na rede mundial de computadores.

O projeto aproveita a infra-estrutura instalada de outros programas, como o do Proinfo”, afirma o ministro Miro Teixeira —o Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação), do Ministério da Educação, ensina professores a utilizar novas mídias em sala de aula.

“A exclusão digital não é combatida apenas oferecendo computadores. É preciso também dar acesso à internet com um serviço de qualidade. Por isso, colocamos à disposição da população a conexão em banda larga.”

Além do acesso à internet, está sendo construído um site que terá dois objetivos. O primeiro é facilitar ao usuário a utilização dos dados do governo disponíveis na rede. Haverá links para cada ministério e itens que, por exemplo, auxiliarão o cidadão a buscar informações sobre um determinado benefício oferecido pelo governo. A idéia é que essa seja a página inicial dos computadores computadores de órgãos e de escolas públicos ligadas à internet.

Segundo o ministro, caso seja aprovado o novo modelo de licitação ligado ao Fust, as concessões dependerão das necessidades regionais de cada Estado. Os conselhos de educação poderão encaminhar suas propostas.

Folha de S.Paulo – 25/10



## **Trensurb tenta liberar ampliação do metrô**

### **TCU ANULOU PROCESSO DE LICITAÇÃO**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) vai tentar a partir de hoje liberar a licitação que prevê a ampliação do metrô até Novo Hamburgo, no Vale do Sinos. Há cerca de um mês, o Tribunal de Contas da União (TCU) anulou o processo, alegando possibilidade de superfaturamento e cláusulas restritivas à participação de um maior número de concorrentes. A direção da Trensurb alega que o projeto já perdeu R\$ 50 milhões de investimentos em razão de empecilhos legais.

Hoje é o último dia para a Trensurb contestar a decisão do tribunal, que exige um novo processo licitatório e poderia acarretar mais dois anos de atraso à extensão da linha 1, cujo projeto foi elaborado em 2001. O presidente da Trensurb, Marco Maia, revelou ontem que a empresa decidiu recorrer ao TCU para aprovar a licitação feita na gestão anterior.